



Oliveira do Bairro câmara municipal

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA
DA CÂMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DO
BAIRRO, REALIZADA NO DIA 26 DE ABRIL
DE 2018**

Aos vinte e seis dias do mês de abril de dois mil e dezoito, nesta Cidade de Oliveira do Bairro, na Sala de Reuniões de Câmara Municipal, sita nos Paços do Município, realizou-se pelas catorze horas e trinta minutos, sob a Presidência do Presidente da Câmara, Duarte dos Santos Almeida Novo e com a participação do Vice-Presidente da Câmara Jorge Ferreira Pato e dos Vereadores Lília Ana da Cruz Oliveira Martins Águas, Susana Maria da Silva Martins, António Augusto Marques Mota, Álvaro Miguel Ferreira Ferreira e Fernando José Martins da Silva, a reunião ordinária pública da Câmara Municipal de Oliveira do Bairro, ao abrigo do disposto no art.º 40.º e n.º 2 do art.º 49.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e nos termos das deliberações do Executivo Municipal datadas de 30 de outubro de 2017 e de 9 de novembro de 2017.

Pelo Presidente da Câmara foi declarada aberta a reunião, tendo-se procedido à apreciação dos assuntos constantes da respetiva Ordem de Trabalhos, antecipadamente entregue a todos os Vereadores.

PONTO 1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA | ASSUNTOS DE INTERESSE CONCELHIO.

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente e o Vice-Presidente da Câmara e os Vereadores Lília Águas, António Mota, Álvaro Ferreira e Fernando Silva

O **Presidente da Câmara**, deu nota que a informação do Auditor Externo foi recebida na Câmara Municipal no dia 4 de abril, tendo de imediato sido remetida a todos os Vereadores.....

Manifestou a sua satisfação pela forma como decorreram as comemorações do 25 de abril que decorreram junto ao Monumento aos Combatentes e no Salão Nobre dos Paços do Concelho, agradecendo à Vereadora Lília Águas o seu empenho na organização do evento em conjunto com a Assembleia Municipal.....

O **Vereador Fernando Silva**, lamentou o facto de somente após a discussão do Relatório de Gestão ter sido remetida a informação do Auditor Externo, a qual teria sido muito útil para a análise então efetuada. Acrescentou que se um cidadão normal ler os documentos da Prestação de Contas nada percebe, o que, no seu entender é grave, uma vez que o Executivo Municipal tudo deve fazer para traduzir aquilo que é técnico, de forma a não afastar o cidadão comum da governação.

Em seguida procedeu à leitura de um relato remetido por um cidadão do Concelho, devidamente identificado, relacionado com a poda executada a duas árvores centenárias, duas sequoias, junto ao



Oliveira do Bairro câmara municipal

Museu do Troviscal.

No seguimento da exposição efetuada, propôs que as referidas árvores fossem catalogadas, protegidas e classificadas de interesse público e que o assunto fosse discutido e objeto de deliberação na próxima Reunião de Câmara.

A **Vereadora Lília Águas**, realçou o facto de as comemorações do 25 de abril terem decorrido da melhor forma, agradecendo o esforço e dedicação da Sílvia Oliveira e a participação do Agrupamento de Escolas, do IPB, do Conservatório de Música da Bairrada e da FUOB, que prontamente aceitaram em participar num momento cultural.

Deu nota da exposição sobre o 25 de abril, que contempla um conjunto de trabalhos elaborados por crianças do Concelho e que espelha os seus sentimentos acerca do 25 de abril.

Informou ter visitado o Concelho uma comitiva proveniente de Lamballe no âmbito do intercâmbio escolar, tendo certamente levado grandes memórias do Concelho de Oliveira do Bairro.

Referiu que uma das apostas do Município em termos culturais tem passado pela iniciativa “Conversas da Rádio” e que permite a divulgação e dinamização dos Museus, nomeadamente da Radiolândia, convidando todos a estarem presentes na próxima sessão que terá lugar no dia 20 de maio.

De igual forma convidou a estarem presentes no MOB, o qual está a ser levado a efeito de uma forma mais abrangente, por forma a conseguir captar público de outros concelhos, tendo para tal, desenvolvido parcerias com outros Municípios da CIRA. Assim, este evento terá uma duração de 7 dias, contando com 10 espetáculos e setecentos participantes.

O **Vice-Presidente da Câmara**, em relação à intervenção efetuada nas duas sequoias no Troviscal, informou que a mesma foi realizada por se ter entendido tecnicamente que a mesma era necessária e foi levada a efeito por uma empresa credenciada para o efeito e com certeza que terá feito o melhor como forma de garantir a manutenção daquelas árvores e a limitação existente no que respeita ao edifício da Escola de Artes e do arruamento.

Reportando-se ao Índice de Transparência Municipal publicado no início do mês e no qual o Município de Oliveira do Bairro desceu acentuadamente, informou que o Município foi contactado no sentido de incluir algumas lacunas no site municipal. Sucede, porém, que essa situação coincidiu com o momento de entrada em funções do novo Executivo e o intenso trabalho obrigou a decidir apostar na implementação das medidas necessárias à melhoria do site, o que está a ser levado a efeito.

Mais disse que esta descida no ranking originou alguns comentários nas redes sociais, nomeadamente por pessoas ligadas ao UPOB. Sucede, porém, que, passados alguns dias o UPOB organizou umas jornadas de reflexão subordinadas ao tema “Pensar Oliveira do Bairro” e convidaram para a sessão de encerramento o Presidente da Câmara Municipal de Águeda, município este que, curiosamente, desceu de 3.º lugar para 135.º a nível nacional, ou seja uma descida mais acentuada



Oliveira do Bairro câmara municipal

que Oliveira do Bairro, com a agravante de que, do Executivo Municipal, apenas o Presidente saiu...

O **Vereador Álvaro Ferreira**, deu os parabéns pelo envolvimento das crianças nas comemorações do 25 de abril e a todos os que trabalharam na elaboração das diferentes músicas que foram apresentadas na Sessão Solene da Assembleia Municipal.

Referiu que se deve ter atenção à forma como se escreve nos documentos oficiais da Câmara Municipal, nomeadamente as Informações e Propostas que são submetidas para deliberação do Executivo Municipal, uma vez que as entidades oficiais devem ser um exemplo para a sociedade e neste caso, na aplicação da língua portuguesa.

Em relação à iniciativa que está a percorrer o Concelho de Oliveira do Bairro, promovida pela Liga Portuguesa Contra o Cancro e cuja atividade se irá desenrolar durante três meses de forma a sensibilizar a população para aquela causa, questionou se os Vereadores do Executivo Municipal tinham sido convidados formalmente para a Sessão de apresentação.

Deu nota do mau estado de conservação das mesas e postes de iluminação existentes no Parque do Carreiro Velho, salientando que se torna urgente a Câmara Municipal tomar as medidas necessárias à manutenção daquele Parque.

Revelou estar igualmente preocupado com as condições de circulação na Rua Passagem de Nível em Oliveira do Bairro, cujas margens se encontram sinalizadas com paus e fitas, com os inerentes riscos para quem ali circula.

O **Vereador António Mota**, procurou saber o ponto de situação relativamente à construção do muro em frente da habitação do ex-Presidente da Câmara Municipal, uma vez que, passados que foram alguns meses desde que o atual Executivo Municipal tomou posse, continua tudo na mesma.

Procurou igualmente saber o ponto de situação relativamente a uma Proposta que foi aprovada por unanimidade, em relação ao Torrão do Palacete de Bustos.

Em relação à notícia publicada pelo Jornal da Bairrada relativa à aprovação do Relatório de Gestão, uma vez que a notícia publicada não faz qualquer sentido, entendendo que o Presidente da Câmara deveria ter explicado aos Munícipes de onde provêm os diferentes valores, o porquê da passagem dos cerca de 600.000,00 € (seiscentos mil euros) positivos, para os cerca de 1.200.000,00 € (um milhão e duzentos mil euros) negativos, uma vez que a notícia provoca muitas dúvidas a quem a lê. Lamentou o facto de determinados assuntos, como foi o caso do Relatório de Gestão, ter sido presente a uma Reunião de Câmara privada, não permitindo que a imprensa transmita aos Munícipes o verdadeiro teor das diferentes intervenções.

Questionou novamente sobre o ponto de situação das obras executadas e não tituladas, dado não pretender recorrer para o Ministério Público para tratar do assunto. Pelo que tem conhecimento têm havido contactos, têm havido reuniões na Câmara Municipal e por conseguinte, entende que o Presidente da Câmara deve esclarecer aquela matéria.



Oliveira do Bairro câmara municipal

Deu os parabéns à funcionária Silvia Oliveira pela forma como orientou o protocolo na Sessão Solene da Assembleia Municipal, no âmbito das comemorações do 25 de abril.

O **Presidente da Câmara**, questionou o Vereador António Mota, se a questão colocada se prendia com as suspeitas de trabalhos efetuados.

O **Vereador António Mota**, disse não serem suspeitas, mas trabalhos efetivamente executados.

O **Presidente da Câmara**, reafirmou o que disse em Reuniões de Câmara anteriores, que compete às empresas que se sentem lesadas, comunicar à Câmara Municipal os factos ocorridos e a Câmara Municipal terá de assumir as suas responsabilidades.

Mais disse que não se encontrava na Câmara Municipal, não tem conhecimento da situação, não acompanhou as obras, pelo que, a existirem, as empresas devem reclamar junto da Câmara Municipal, se não o fazem, ou estão a encobrir algo, ou esses trabalhos não foram efetuados.

No que respeita à notícia publicada no Jornal da Bairrada, referiu que compete aos seus jornalistas fazerem as interpretações que entendem e questionarem se entenderem necessário, não cabendo ao Presidente da Câmara dizer ao jornal o que deve escrever.

Quanto à questão do Palacete do Visconde em Bustos, informou ter reunido com a Direção do ABC para abordar a questão do edifício na sua globalidade, estando neste momento a Câmara Municipal a aguardar uma decisão daquela mesma Direção para que se possa avançar com uma intervenção no edifício.

Relativamente ao muro próximo da residência do ex-Presidente da Câmara, informou já ter estado no local e conversado com o proprietário, concluindo-se não haver qualquer documento escrito, à exceção de uma reclamação do mesmo efetuada em 2016, considerando difícil para qualquer Executivo concretizar algo se não existir um documento que ateste a negociação, tanto mais que, o anterior Presidente de Câmara morava mesmo em frente.

Quanto ao Parque do Carreiro Velho, informou que os funcionários da Autarquia se encontravam a fazer uma intervenção no Parque Infantil e tanto quanto soube, a fotografia foi tirada no período de almoço, o que não invalida que os buracos tivessem de estar fechados. Mais disse que, apesar do Protocolo existente com a AMPER que retira o ónus da manutenção do Parque à Câmara Municipal, tendo em atenção o estado do mesmo, entendeu-se fazer a necessária intervenção.

Relativamente à poda das árvores, informou que a intervenção foi efetuada em quatro tipo de árvores localizadas perto da sede do Águas Boas, na entrada da Pedreira na Palhaça, no Sobreiro, em Malhapão e junto à Escola de Artes da Bairrada. Esclareceu que a intervenção foi levada a efeito após um Estudo levado a efeito pela Universidade de Trás os Montes e Alto Douro, dada a preocupação em manter as árvores nas devidas condições. Mais disse ter sido sugerido ao Município que apresentou a exposição, que se dirigisse à Câmara Municipal para ver o Estudo efetuado, de modo a que não subsistissem dúvidas relativamente à intervenção levada a efeito por uma empresa



Oliveira do Bairro câmara municipal

especializada na matéria.....

O **Vereador Fernando Silva**, no uso do direito de defesa da honra, referiu que o convite dirigido ao Presidente da Câmara Municipal de Águeda para participar no encerramento das Jornadas promovidas pelo UPOB, se deveu ao facto de ter sido eleito por um movimento independente.....

Relativamente à questão da transparência, referiu que não se pode falar em transparência quando dois dos documentos mais importantes da atividade municipal, Orçamento e Relatório de Gestão, são discutidos em reuniões privadas.....

O **Presidente da Câmara**, esclareceu que os assuntos são apresentados em Reunião de Câmara quando se encontram corretamente elaborados e prontos para serem aprovados. Apesar de o Orçamento poder ser apresentado até ao mês de março, o Executivo entendeu que não o deveria fazer dado haver Candidaturas a decorrer, tendo essas situações sido devidamente esclarecidas.

O **Vice-Presidente da Câmara**, relativamente à questão das Jornadas promovidas pelo UPOB, disse manter o que disse na sua intervenção inicial, de que havia uma grande incoerência política.

O **Presidente da Câmara**, informou ter sido convidado pela representante da Liga Portuguesa Contra o Cancro para que fizesse parte da Comissão de Honra, o mesmo sucedendo com os Presidentes das Juntas de Freguesia. Quanto aos restantes convites, foi a própria Comissão que os foi fazendo.

.....
PONTO 2 – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA NO DIA 8 DE MARÇO DE 2018

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara e o Vereador Álvaro Ferreira.

O **Vereador Álvaro Ferreira**, reportando-se ao ponto 13 da Reunião de 8 de março, que se prendia com a Requalificação da Rua Cândido dos Reis, apenas é mencionado que os Vereadores usaram da palavra, não sendo transcrito o teor das suas intervenções.....

O **Presidente da Câmara**, informou que as intervenções efetuadas no ponto mencionado pelo Vereador Álvaro Ferreira eram bastante técnicas, o que poderia implicar eventuais erros na transcrição, além de a ata se poder tornar de difícil leitura, considerando, no entanto, que, de futuro se poderá ter em atenção a inserção de algumas ideias chave dos Vereadores.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte:.....

1.º - Dispensar, nos termos e ao abrigo do disposto do art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 45.362, de 21 de novembro de 1963, a leitura da ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 8 de março de 2018, por ter sido previamente distribuída a todos os Vereadores.

2.º - Aprovar a ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 8 de março de 2018, nos termos do artigo 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

.....
PONTO 3 – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL



Oliveira do Bairro câmara municipal

REALIZADA NO DIA 29 DE MARÇO DE 2018

Por não ter estado presente na Reunião Ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 11 de janeiro de 2018 e ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, não participou na votação o Vereador Fernando Silva.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte:

1.º - Dispensar, nos termos e ao abrigo do disposto do art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 45.362, de 21 de novembro de 1963, a leitura da ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 29 de março de 2018, por ter sido previamente distribuída a todos os Vereadores.

2.º - Aprovar a ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 29 de março de 2018, nos termos do artigo 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

PONTO 4 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 6 – MANDATO 2017/2021, APRESENTADA PELO VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA – VENDA DO LOTE C23, ARTIGO URBANO 5429, SITO NA ZONA INDUSTRIAL DE OIÃ À SOCIEDADE CERÂMICA FONTE NOVA, LDA. E AUTORIZAÇÃO PARA A SUA REVENDA IMEDIATA À SOCIEDADE NCP – FABRICO DE PRODUTOS METÁLICOS, S.A., PROPRIETÁRIA DO LOTE C24 (CONFINANTE A SUL) PARA AMPLIAÇÃO DA SUA UNIDADE INDUSTRIAL

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Vice-Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto, o Presidente da Câmara e os Vereadores Fernando Silva e António Mota.

O **Vice-Presidente da Câmara**, recordou que este assunto se tem vindo a arrastar há alguns anos e no passado mês de setembro, ainda antes de o novo Executivo Municipal tomar posse, a sócia gerente da empresa com quem a Câmara Municipal tem um Contrato-Promessa de Compra e Venda, informou que tinha um comprador para o lote em causa, tendo posteriormente remetido o respetivo ofício a solicitar a libertação do lote. Assim sendo e de forma a conseguir-se uma solução definitiva para aquele lote, propõe-se que seja autorizada a venda à Cerâmica Fonte Nova, bem como autorização para a sua revenda à empresa NCP, que exerce atividade no lote contíguo, uma vez que, além de novas perspetivas de investimento, poderá permitir a criação de novos postos de trabalho... Acrescentou que esta possibilidade não é nova, tendo já ocorrido noutras ocasiões.

O **Vereador Fernando Silva**, confirmou que efetivamente se trata de um assunto antigo, pelo menos vinte anos.

Mais disse ter um enorme respeito pela firma NCP, que se tem vindo a expandir fortemente em Oliveira do Bairro, contudo, ao longo dos oito anos que esteve à frente do Pelouro das obras, a proprietária do lote C23, a administradora ou sócia gerente da Cerâmica Fonte Nova, D.ª Alice Guerra, sempre tentou enganar este Município, para benefício próprio, tendo falhado recorrentemente todos os compromissos assinados com o Município de Oliveira do Bairro, duvidando, por conseguinte, e



Oliveira do Bairro câmara municipal

mais uma vez, aquilo que a D.^a Alice Guerra promete que vai fazer.

Recordou que o Regulamento estabelece que quem não cumprir perde o direito ao lote, o qual reverte para a Câmara Municipal e foi isso que tentou fazer durante os anos que foi Vereador do Pelouro, mas enquanto estava a tentar fazer isso, aquela senhora tentou a aquisição de mais lotes para negociar, mas não conseguiu e quando não o conseguiu, participou à Polícia Judiciária e à IGAT, de que o Vereador andava a entregar lotes aos amigos. A realidade demonstra que os outros lotes encontram-se com construção, mas, volvidos mais de quinze anos, o lote em questão, um dos melhores lotes da Zona Industrial de Oitã não possui qualquer construção, uma vez que a proprietária nunca teve capacidade para o fazer, só o fazendo quando teve sócios com capacidade financeira. ...

Pelo que expôs, disse que iria votar contra a Proposta apresentada, por saber com quem está a lidar, instando a que o novo Executivo siga alguns dos seus conselhos, uma vez que não é garantido que a D.^a Alice Guerra, na posse da autorização do Município, venda o lote não à NCP mas a outra empresa.....

No seu entender a forma mais corretamente de solucionar esta questão seria o lote reverter para a Câmara Municipal, contra a devolução do valor pago e o Município procederia à venda do lote à NCP.

O **Vereador António Mota**, disse haver um Regulamento para a venda de lotes na Zona Industrial que tem de ser cumprido, pelo que questionou se um Vereador pode propor ao Executivo Municipal este tipo de revenda.

Independentemente de ter consciência que a NCP necessita de espaço para poder ampliar as suas instalações e crescer ainda mais no Concelho e no País e que a Câmara Municipal tudo deve fazer para ajudar nesse crescimento, contudo tal não pode ser feito desta forma.

Questionou de igual forma, como pode o Vice-Presidente subscrever este tipo de Informação/Proposta sem possuir qualquer parecer dos Serviços Técnicos ou dos Serviços Jurídicos e ultrapassando deliberações da Assembleia Municipal, órgão que aprovou o Regulamento. Acrescentou que nenhum Técnico da área das obras ou da área jurídica poderá concordar com o teor da Informação/Proposta em análise.

Mais disse que se tem de esquecer a cláusula de reversão uma vez que a considera ilegal, devendo ser a Câmara Municipal a comprar e depois a vender o lote em questão. Do seu ponto de vista, esta, é a única solução viável.

Tendo em atenção que a presente Informação/Proposta contraria tudo, referiu que o PPD/PSD iria votar contra, reiterando uma vez mais que a solução passaria pela devolução do lote à Câmara Municipal e a celebração de escritura de venda no mesmo dia ou no dia seguinte com o novo proprietário.

O **Vice-Presidente da Câmara**, disse ter ficado agradado com as palavras dos Vereadores relativamente à empresa NCP, a qual irá adquirir o lote em causa.....



Oliveira do Bairro câmara municipal

Mais disse que não se iria pronunciar relativamente ao que foi feito no passado por parte da empresa Cerâmica Fonte Nova, tendo lembrado que iria ser dado um prazo para apresentação do respetivo projeto de construção e início das obras.

Referiu que antes de subscrever a Informação/Proposta em análise auscultou os Técnicos, mas assumirá as suas responsabilidades.

O **Presidente da Câmara**, referiu que, em face das preocupações que poderiam ser levantadas, abordou a questão com os Técnicos Municipais, nomeadamente o que respeitava ao Regulamento das Zonas Industriais, tendo sido esclarecido que o mesmo não se encontrava em vigor.....

Acrescentou que se deve sempre salvaguardar os interesses do Município e por isso mesmo as cláusulas são explícitas e se o proprietário não cumprir a Câmara Municipal acionará os meios legais ao seu dispor.

O **Vereador António Mota**, questionou se o Presidente da Câmara está disponível para contrariar o Regulamento das Zonas Industriais, aprovado em Assembleia Municipal e que prevê as condições de venda e transmissão, preço por metro quadrado, entre outras.

O **Vereador Fernando Silva**, disse haver formas para resolver e ir de encontro ao que é pretendido, mas esta não é uma delas. Tendo em atenção que a Câmara Municipal possui uma Avença com Juristas, questionou porque razão não se solicita um parecer sobre esta matéria, uma vez que existem formas de obrigar ao cumprimento das cláusulas por parte da empresa Cerâmica Fonte Nova, mas o Vice-Presidente não tem experiência.

Mais disse apoiar o pretendido pelo Município, mas não sem uma informação jurídica e se o Vice-Presidente está tão certo daquilo que está a fazer, só tem de pedir ao Dr. Pais do Amaral para consubstanciar esta Proposta. Se a presente Informação/Proposta vier acompanhada do respetivo parecer jurídico da firma JPALMS, disse votar favoravelmente.

O **Presidente da Câmara**, disse que subsistindo dúvidas relativamente à questão em análise e por uma questão de transparência, propôs que o presente ponto da Ordem de Trabalhos fosse retirado, fossem anexados mais elementos para suportar a decisão, discutindo-se o mesmo na próxima Reunião de Câmara.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, adiar a discussão do presente assunto para a próxima Reunião de Câmara
.....

PONTO 5 – INFORMAÇÃO|PROPOSTA 5/2018, APRESENTADA PELO RESPONSÁVEL PELA DIREÇÃO DO PROCEDIMENTO DO PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO MUNICIPAL DE OLIVEIRA DO BAIRRO.....

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto, o Vereador Álvaro Ferreira e o Técnico Municipal Miguel Duarte.



Oliveira do Bairro câmara municipal

O **Presidente da Câmara**, referiu ser um dos primeiros regulamentos que o Executivo Municipal se propôs elaborar, tendo esse trabalho sido levado a efeito essencialmente pelo Técnico Municipal Miguel Duarte, tendo solicitado que o mesmo fizesse uma breve apresentação.....

O **Técnico Municipal** Miguel Duarte realçou o facto de o documento em análise ter contemplado algumas melhorias face ao projeto inicial, nomeadamente no que respeita à adequação ao RGPD e também a definição de alguns locais de apoio quer à inscrição quer à votação, melhorias essas que foram de encontro a algumas das sugestões avançadas pelos Vereadores Fernando Silva e Álvaro Ferreira, estando por conseguinte o documento em condições para ser subscrito pela Câmara Municipal e remetido para aprovação da Assembleia Municipal.

O **Vereador Álvaro Ferreira**, realçou o facto de este projeto de Regulamento ter sido participado, em que os Vereadores apresentaram ideias e essas ideias foram tidas em consideração, dando os parabéns ao Técnico Municipal pelo trabalho que desenvolveu, conseguindo mesmo ir mais longe em relação a algumas das sugestões por si apresentadas, com a especificação dos locais de inscrição/ votação e no reforço das funções do Coordenador do Processo.....

Referiu que na parte da Análise Técnica das Propostas, na versão inicialmente apresentada referia que a Lista Provisória de Propostas Admitidas e Excluídas era aprovada pela Câmara Municipal e que foi retirada nesta nova versão, tendo questionado o porquê desta alteração.

O **Técnico Municipal** Miguel Duarte, referiu ter tentado ir de encontro a algumas das sugestões apresentadas pelo Vereador Fernando Silva, ou seja, não vir tudo a Reunião de Câmara para ser aprovado. Sendo aquela uma Lista Provisória, entendeu-se desnecessário ser aprovada pelo Executivo Municipal, devendo sê-lo somente no caso de haver alguma pronúncia ou reclamação relativamente à mesma.

Aproveitou ainda para agradecer os contributos para a elaboração do presente Projeto de Regulamento dos Vereadores, do Município e do Chefe de Gabinete André Chambel, bem como da Dr.ª Andreia Pereira, que além dos contributos que deu, também ajudou na elaboração das diferentes informações por si subscritas, permitindo, desta forma, a um administrativo desenvolver o trabalho agora em apreciação. Para terminar agradeceu igualmente ao Executivo Municipal a confiança em si depositada, na elaboração deste Regulamento.....

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte:.....

1.º - Subscrever a proposta de projeto de Regulamento do Orçamento Participativo do Município de Oliveira do Bairro, ao abrigo das disposições combinadas previstas, respetivamente, nos artigos 2.º, 48.º e 241.º da Constituição da República Portuguesa, na alínea k), do n.º 1, do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, nos precisos termos do documento apresentado em anexo à Informação|Proposta n.º 5/2018 prestada pelo responsável pela Direção do Procedimento e datada de 20 de abril de 2018;



Oliveira do Bairro câmara municipal

2.º - Submeter à aprovação da Assembleia Municipal aquele projeto de Regulamento, por força da conjugação do disposto na alínea k), do n.º 1, do art.º 33.º e alínea g), do número 1 do artigo 25.º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação;

3.º - Seguidamente, em caso de aprovação nos termos antes mencionados, dever-se-á promover a sua publicação nos termos legais.

PONTO 6 – INFORMAÇÃO|PROPOSTA 21|GAP - PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIO ÀS ASSOCIAÇÕES DE OLIVEIRA DO BAIRRO

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto e os Vereadores Lília Águas, Susana Martins, António Mota, Álvaro Ferreira e Fernando Silva. O **Presidente da Câmara**, realçou o facto deste Projeto de Regulamento ter tido a participação de diferentes Associações do Concelho, não só Desportivas, mas também Sociais, Culturais e Recreativas, tendo esse trabalho sido levado a efeito pelas Vereadoras com o apoio dos Técnicos Municipais.....

A **Vereadora Susana Martins**, disse que ainda continua a reunir com as Associações pois entende que as mesmas devem ser auscultadas e uma vez que há sempre ajustes a fazer, este é um trabalho que irá continuar por forma a que o Regulamento seja melhorado antes de obter a aprovação final. ... Referiu que, após uma sugestão avançada pelo Vereador António Mota, referente ao levantamento da realidade em relação às Associações e ao número de atletas, já possuía alguns elementos que indicam que o número de atletas diminuiu face ao ano anterior.

A **Vereadora Lília Águas**, referiu que quando o Executivo Municipal entendeu avançar com a elaboração do presente Regulamento, tinha já consciência que seria um trabalho complexo e que muito embora não se possa agradar a todos, em conjunto com as Associações, se iria tentar chegar a um documento que fosse o mais consensual possível e sobretudo que não provoque grandes disparidades nem injustiças na atribuição de subsídios.

No que respeita às Associações no âmbito dos seus Pelouros, informou ter tido duas reuniões, considerando as mesmas bastante profícuas e após a respetiva análise e discussão, entende que este documento vai de encontro às expectativas das mesmas.

O **Vereador Fernando Silva**, deu os parabéns pelo documento apresentado, realçando o facto de que quando há diálogo e se aceitam os contributos de outros, é tudo mais pacífico e este é um projeto de Regulamento que se encontra muito bem elaborado.

Realçou o facto de o Regulamento ser bastante complexo, mas ao mesmo tempo rigoroso, pelo que iria votar favoravelmente.

Seguidamente procedeu à leitura de uma Declaração, a qual que fica apensa à presente ata e que dela faz parte integrante.....



Oliveira do Bairro câmara municipal

De igual modo entregou por escrito as sugestões do Movimento Unidos por Oliveira do Bairro ao Presidente da Câmara, por forma a poderem ser tidas em consideração no Regulamento final.

O **Vereador Álvaro Ferreira**, disse não ser fácil traduzir para escrito um documento desta importância tendo em atenção a sua complexidade, considerando-o um dos Regulamentos mais importantes deste Executivo Municipal e, por isso mesmo, no seu entendimento, deveria ter sido subscrito por um dos Vereadores.

Considerou, igualmente, que pode haver algumas dificuldades na aplicabilidade prática do presente Regulamento, tendo em atenção as diferentes realidades associativas do Concelho, relembrando que muitos elementos de direções associativas, para além de colocarem o seu tempo livre ao dispor do bem comum, também avançam com algumas verbas para suprir necessidades imediatas das associações e este Regulamento poderá criar algumas dificuldades na gestão do dia a dia das mesmas.

Assim sendo, no seu entender, deve ser reforçado o apoio, da Câmara Municipal, ao movimento associativo, designadamente pela criação de um Gabinete de Apoio de forma a que se possa prestar uma ajuda diária às Associações, tanto mais que a legislação altera quase que diariamente e deve haver alguém apto a prestar todo o tipo de informações relevantes para as Associações.

Relembrou que tem sido prática da Câmara Municipal dar um apoio às Associações, nomeadamente IPSS's, até 15% do valor do investimento, quando o mesmo é direcionado para trabalhos de requalificação ou outras obras e o Regulamento em análise não contempla esta possibilidade.

O **Vereador António Mota**, tendo em atenção que o presente Regulamento é essencialmente político, questionou porque razão não existe um Despacho de uma das Vereadoras.....

Referiu ser extremamente importante o apoio que se deve prestar à formação dos jovens das Bandas Filarmónicas, mas também ao nível do apoio às companhias de teatro.

Disse ser obrigação do Estado e das Autarquias Locais colocar à disposição dos seus Municípios equipamentos desportivos. Quando esses equipamentos não são propriedade do Estado ou das Autarquias devem merecer uma atenção mais cuidada por parte da Câmara Municipal. Assim sendo, referiu que a ADREP possui o maior complexo desportivo associativo do Concelho, obrigando a Associação a endividar-se fortemente, pelo que, questionou se a Câmara Municipal está disponível para continuar a apoiar aquela Associação no que respeita aos compromissos assumidos com a Banca, uma vez que o Regulamento impossibilita esse mesmo apoio.

Relativamente ao Oliveira do Bairro Sport Clube e dado que o período de validade do Campo de Futebol Sintético é de aproximadamente 10 anos e o mesmo já foi construído acerca de 11 anos e tem uma utilização intensiva, questionou se a Autarquia iria estar disponível para apoiar a substituição do referido relvado, quando tal se vier a revelar necessário. Pelo que observou no Regulamento, o apoio da Autarquia não vai além dos 40% com eventual majoração de 10% do investimento total. Na



Oliveira do Bairro câmara municipal

sua opinião este Regulamento deveria permitir outro tipo de compromisso por parte da Câmara Municipal para com as Associações.

Considerou essencial que os atletas, nomeadamente da formação, treinem em equipamentos de excelência, contudo, na sua opinião, este Regulamento vem condicionar a substituição de qualquer equipamento desportivo, dado o reduzido valor na comparticipação da Câmara Municipal.

A **Vereadora Lília Águas** referiu que o intuito do presente Regulamento é o de permitir à Câmara Municipal ter um instrumento de trabalho para o futuro, não considerando relevante que o mesmo devesse ter a anuência escrita das Vereadoras dos diferentes Pelouros, antes de ser presente para discussão em Reunião de Câmara.

Relevou a participação do Chefe de Gabinete André Chambel, na elaboração deste Regulamento, sendo o elo de ligação entre os diferentes intervenientes, de modo a conseguir-se produzir um bom documento.

Acrescentou que este documento não foi apenas elaborado com os contributos das Vereadoras dos respetivos Pelouros, mas sim, objeto de análise e discussão por todos os membros do Executivo Municipal.

Sendo o Regulamento um instrumento legal que mexe com muitas pessoas, muitas instituições e até com a viabilidade de muitas instituições, entende que quanto mais rigoroso for o documento melhor será a sua execução e nesse sentido, está previsto o apoio ao nível de recursos humanos, o Gabinete de Apoio pode ou não vir a ser criado, mas o que um facto, é que, presentemente, existem técnicos para prestar esse mesmo apoio.

Considerou necessária a fiscalização uma vez que se está a lidar com dinheiros públicos e muito embora seja objetivo da Câmara Municipal apoiar a atividade das Associações, é igualmente obrigatório controlar aquilo que é de todos, daí que se houver Associações que não cumpram com as suas atividades e tenham tido o apoio da Câmara Municipal para esse efeito, essa situação é tida em consideração no ano seguinte.

A **Vereadora Susana Martins**, informou que na reunião havida com as Associações Desportivas foi focada a questão do mau estado dos Campos Sintéticos, mas não só, foi igualmente levantada a questão da segurança dos equipamentos de treino que, para si, é mais perigoso do que propriamente o piso.

O **Presidente da Câmara**, informou que os Técnicos Municipais têm estado disponíveis para prestar apoio às Associações, nomeadamente no que respeita a apoios a fundos comunitários, como tem sido o caso, entre outras, da Associação Desportiva de Oiã, do Centro Social de Oiã, do Centro Ambiente para Todos e da Santa Casa da Misericórdia de Oliveira do Bairro.

No que respeita às dívidas de algumas Associações à Banca, considerou que as novas regras a que as Associações estão obrigadas, ajudarão a esclarecer essa questão, tanto mais que o Regulamento



Oliveira do Bairro câmara municipal

é um instrumento para dar apoio às Associações e não para forçar o encerramento das mesmas.....

O **Vereador António Mota**, disse que o Regulamento refere que a Autarquia não presta apoio para o pagamento de dívida bancária e que não é prestado apoio para além de 40% do investimento, declarando que, por estes motivos o PPD/PSD vota contra o presente documento.

O **Vereador Fernando Silva**, lembrou que a aquisição de terrenos não era comparticipada ao nível das candidaturas a fundos comunitários, pelo que, no seu entender, essa questão deve ser ponderada.

Considerou que se deve fazer a distinção entre as Associações que possuem equipamentos próprios e aquelas que não os possuem e este documento deve prever essas situações ao nível do apoio que é prestado a cada uma delas.

A **Vereadora Lília Águas**, lembrou aos presentes não ser permitido por Lei pagar dívidas bancárias das Associações, pelo que se terá de ter algum cuidado relativamente a essa questão, não se devendo prever que, no caso de as situações não correrem como previsto, a Câmara Municipal está disponível para comparticipar no pagamento dessa dívida. Do seu ponto de vista as Associações devem ter uma vida autónoma, devem ter atividades direcionadas para a comunidade, que contribuam para o desenvolvimento do Concelho, mas que tenham o mínimo de sustentabilidade.

O **Vereador António Mota**, disse que pela resposta dada pela Vereadora conclui que não irá ser dado qualquer apoio a esse nível às Associações. Comparou o caso da ADREP que possui instalações desportivas próprias e inerentes despesas de manutenção, com os Atómicos, questionando se os Atómicos irão comparticipar o pagamento das despesas de manutenção do estádio, ou a água e a luz que utilizam no Pavilhão Municipal, o mesmo se passando com o pagamento da água e da luz do Campo utilizado pela União Desportiva de Bustos. Esta é, na sua opinião, uma diferença que se tem de fazer quando da atribuição de subsídios às Associações.....

O **Presidente da Câmara**, esclareceu que um dos intuitos do presente Regulamento é o de balizar as situações, nomeadamente as que possuem equipamentos próprios e as que não têm e essas situações irão ser equacionadas, de forma a que haja justiça e que todas as Associações estejam em igualdade no apoio que recebem da Câmara Municipal.....

Lembrou que as Associações devem igualmente promover a captação de fundos, para que não seja somente a Câmara Municipal a suportar as despesas inerentes às atividades que realizam.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos contra dos Vereadores António Mota e Álvaro Ferreira, o seguinte:.....

1.º - Subscrever a proposta de Projeto de Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo de Oliveira do Bairro, ao abrigo das disposições combinadas previstas, respetivamente, no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, na alínea k), do n.º 1, do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, nos precisos termos do documento apresentado



Oliveira do Bairro câmara municipal

em anexo à Informação|Proposta n.º 21 prestada pelo Chefe do Gabinete de Apoio ao Presidente e datada de 20 de abril de 2018;.....

2.º - Alcançado tal desiderato, deverá o mesmo projeto de regulamento ser submetido a audiência dos interessados, nos termos do artigo 100.º do CPA e, bem assim, a consulta pública de acordo com o estatuído nos números 1 e 2 do artigo 101.º do mesmo Código, procedendo para o efeito, à sua publicação na 2.ª Série do Diário da República e na Internet no Sítio Institucional do Município, para que os interessados possam apresentar por escrito os seus contributos e sugestões, no prazo de 30 dias úteis, a contar da data de publicação no Diário da República do projeto de regulamento;

3.º - Decorrido o período de consulta pública, caso não se tenha verificado a apresentação de sugestões, considerar-se-á a elaboração da proposta regulamentar concluída;

4.º - Registando-se, porém, sugestões por parte de interessados, devem as mesmas ser colocadas à consideração e análise da Câmara Municipal, com vista ao seu eventual acolhimento e subscrição;..

5.º - Concluída a elaboração da proposta regulamentar, submeter a mesma à competente Aprovação da Assembleia Municipal, por força da conjugação do disposto na alínea k), do n.º 1, do art.º 33.º e alínea g), do número 1 do artigo 25.º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

.....
O **Vereador António Mota**, declarou que o voto contra dos Vereadores do PPD/PSD se justifica pelas razões por si invocadas nas suas intervenções.....

.....
PONTO 7 – INFORMAÇÃO TÉCNICA N.º 110.2018|DGUOM - APROVAÇÃO DO PROJETO DE EXECUÇÃO REFERENTE À AÇÃO DO PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA (PARU) “P05 – REQUALIFICAÇÃO DA ENVOLVENTE AO ADRO DA IGREJA – FASE 1 – RUA DR. ALBERTO TAVARES DE CASTRO E LIGAÇÃO À RUA MANUEL SIMÕES BARATA (INCLUÍDO A URBANIZAÇÃO DO ADRO)”

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara, os Vereadores António Mota, Álvaro Ferreira e Fernando Silva, a Técnica Municipal Isabel Simões e os Técnicos da Empresa MPT.

A introdução ao presente ponto da Ordem de Trabalhos foi efetuada pela Técnica Municipal Dr.ª Isabel Simões, que informou o que se pretendia efetuar com ambos os projetos, no âmbito do Plano de Regeneração Urbana, no que respeita à Reabilitação da Rua Dr. Alberto Tavares de Castro e Ligação à Rua Manuel Simões Barata e da Requalificação do Espaço Público na Rua dos Bombeiros e Rua António Oliveira e Rocha, tendo seguidamente sido efetuada uma apresentação mais pormenorizada com recurso a imagens em *powerpoint*, relativamente a cada um dos projetos, por parte da equipa projetista que elaborou os mesmos.



Oliveira do Bairro câmara municipal

O **Presidente da Câmara**, agradeceu a apresentação efetuada pela Equipa de Projetistas da empresa MPT.....

O **Vereador Fernando Silva**, focou alguns aspetos técnicos que considerou mais relevantes, nomeadamente o facto de os passeios terem a dimensão de um metro e vinte quando o PDM exige aos Municípios um metro e sessenta.

Questionou se estão previstas demolições nas áreas de reabilitação das PARU's ou se haverá a necessidade de adquirir terrenos privados para conseguir implementar os Projetos.

Alertou, ainda, para a existência de alguns projetos já aprovados na Rua dos Bombeiros e Rua António Oliveira e Rocha, nomeadamente a Reabilitação da Cerâmica Rocha, para o terreno onde se encontrava a moradia da D. Alexandrina e para o edifício do Tribunal, questionando se foram tidos em consideração os arranjos exteriores desses mesmos projetos.

Considerou que se deveria implementar um perfil, efetuar a devida pavimentação e posteriormente fazer as marcações horizontais com pinturas de diversas cores (sem lancis e sem pavês), de modo a que todos tenham de conviver, peões, bicicletas e os carros. Esta medida deveria ser implementada principalmente nas zonas mais antigas de Oliveira do Bairro onde é difícil construir passeios.

O **Vereador Álvaro Ferreira**, disse que seria interessante proceder-se à marcação de uma zona ciclável que percorresse toda a zona antiga e mais histórica de Oliveira do Bairro, desde a Rua Cândido dos Reis, a Alameda da Cidade, Rua Dr. Alberto Tavares de Castro, até à Estação da CP. . Relativamente ao material a aplicar no passeio na Rua dos Bombeiros e Rua António Oliveira e Rocha é mencionado que segue o modelo da PARU 02, contudo menciona a aplicação de calçada de cubo calcário vidro, quando na PARU 02 o material previsto é o cubo granítico de cor cinza clara, tendo questionado se a referência está efetivamente correta.

Relembrou que uma das zonas de intervenção se situa junto ao Adro da Igreja de Oliveira do Bairro e muito embora a intervenção seja nas camadas superficiais, o que é facto é que sendo uma zona envolvente à Igreja poderão surgir alguns vestígios arqueológicos/antropológicos, devendo a Câmara Municipal acautelar essa possibilidade.

O **Vereador António Mota**, considerou bastante importante as referências já efetuadas pelos Vereadores quanto à Pista Ciclável, realçando, de igual forma, que se deve dar particular importância à questão do estacionamento e a sua integração com a referida Pista Ciclável. Considerou que a requalificação da Rua Maestro Alfredo Rodrigues deveria, igualmente, ser contemplada no âmbito desta PARU, dado o seu entroncamento com a Rua Dr. Alberto Tavares de Castro e o facto de o mesmo estar em muito mau estado de conservação.....

A **Técnica Municipal** Isabel Simões, realçou o facto de que, sendo os projetos elaborados pela mesma empresa, tiveram em consideração os mesmos materiais e o seu enquadramento com os materiais já existentes.



Oliveira do Bairro câmara municipal

Alertou que sendo a requalificação efetuada em arruamentos já existentes, em muitos locais não é possível a construção de passeios com um metro e sessenta, cumprindo, contudo, o Decreto-Lei das Acessibilidades, ou seja, um metro e vinte livre de obstáculos.

Referiu que em todos os projetos houve o cuidado de efetuar apenas intervenções em domínio público municipal, ou seja, todas as cedências que tinham de ser feitas já o foram.

No que respeita à Rua Maestro Alfredo Rodrigues, informou que já algum tempo havia a intenção de elaborar um Estudo e dado que já foi entregue o Projeto para a Rua Dr. Alberto Tavares de Castro, os Serviços de Planeamento estão a debruçar-se sobre esse mesmo Estudo, para se poder fazer o respetivo enquadramento, tanto mais que a Rua Dr. Alberto Tavares de Castro irá ter apenas uma via, no sentido Alameda em direção à Igreja de Oliveira do Bairro.

Seguidamente foi dado o uso da palavra aos elementos da Equipa Projetista para que estes pudessem de igual forma responder a algumas das questões levantadas.

O **Presidente da Câmara**, agradeceu a presença de todos, informando que a Equipa da Dr.ª Isabel Simões se encontra já a trabalhar numa nova fase destes Projetos, ou seja, a preparação de todo o expediente necessário para o lançamento do Concurso Público.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o projeto de execução inerente à ação “P05 – Requalificação da envolvente ao Adro da Igreja – Fase 1 – Rua Dr. Alberto Tavares de Castro e ligação à Rua Manuel Simões Barata (incluindo a urbanização do Adro)” e em consequência proceder-se à candidatura do projeto, após receção dos pareceres favoráveis das entidades, no âmbito do concurso afeto ao Aviso n.º Centro-16-2016-13, enquadrado na prioridade de investimento 6.5 (6e), do Eixo Prioritário 7 – Afirmar a sustentabilidade dos territórios (CONSERVAR), do Portugal 2020.

PONTO 8 – INFORMAÇÃO TÉCNICA N.º 111.2018|DGUOM - APROVAÇÃO DO PROJETO DE EXECUÇÃO REFERENTE À AÇÃO DO PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA (PARU) “P04 – REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO DA RUA DOS BOMBEIROS E RUA ANTÓNIO OLIVEIRA E ROCHA”

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o projeto de execução inerente à ação “P04 – Requalificação do espaço público da Rua dos Bombeiros e Rua António Oliveira e Rocha” e em consequência proceder-se à candidatura do projeto, após receção dos pareceres favoráveis das entidades, no âmbito do concurso afeto ao Aviso n.º Centro-16-2016-13, enquadrado na prioridade de investimento 6.5 (6e), do Eixo Prioritário 7 – Afirmar a sustentabilidade dos territórios (CONSERVAR), do Portugal 2020.

PONTO 9 – INFORMAÇÃO N.º 19.2018|DGUOM – COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO RODOVIÁRIA



Oliveira do Bairro câmara municipal

E ESPELHO PARABÓLICO NA FREGUESIA DA PALHAÇA.....

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Vice-Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto, o Presidente da Câmara e os Vereadores Fernando Silva e António Mota.

O **Vice-Presidente da Câmara**, informou que o pedido formulado já tem algum tempo, tendo sido analisado ao pormenor com o Presidente da Junta de Freguesia e desse trabalho resulta a presente Proposta.

O **Vereador Fernando Silva**, referiu discordar relativamente a alguma da sinalização proposta, uma vez que quem vem da Rua da Pedreira para a Rua de Vila Nova e tem de parar não consegue ver convenientemente se vem trânsito ou não e muitos entram naquela rua sem olhar se vem alguém ou não, pelo que existe a necessidade de colocação de um espelho no local.

Disse não compreender como é que se pretende que o Executivo Municipal delibere sobre cinco sinalizações, identificadas na primeira página, nenhuma delas é a Rua do Rebolo, mas mais à frente na Informação é mencionada a Rua do Rebolo e ainda mais dois sinais junto à Feira. Por esse motivo, disse que apenas votaria favoravelmente os três primeiros pontos, quanto aos restantes votaria contra.....

O **Vereador António Mota**, disse que a decisão não pode pertencer ao Vice-Presidente da Câmara em conjunto com o Presidente da Junta de Freguesia, até porque as pinturas do estacionamento foram efetuadas no âmbito do concurso de repintura da sinalização horizontal no Concelho.

Sugeriu que fosse efetuada uma reunião entre os Técnicos Municipais e a Junta de Freguesia, de modo a concertar as posições e apresentar para aprovação do Executivo Municipal uma nova Informação reformulada. Não sendo assim, não se alterando o teor do texto, declarou que votaria contra.....

O **Presidente da Câmara**, recordou que, quando foi Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias, houve uma decisão do Executivo Municipal neste âmbito com a qual não concordou e exprimiu uma opinião contrária àquela que foi implementada.....

O **Vice-Presidente da Câmara**, relativamente ao espelho no entroncamento da Rua da Pedreira com a Rua de Vila Nova, esclareceu que havendo divergências de opinião a decisão tem de ser política e entendeu-se pela não colocação do espelho.....

Acrescentou que a Informação menciona que apenas se encontram para votação e deliberação os pontos 1 a 3.....

O **Vereador Fernando Silva**, mencionou que a Informação é demasiado confusa e pouco esclarecedora, já que refere que os pontos 1 a 3 são para deliberar a aplicação da sinalética e depois propõe a não colocação de sinal na Rua da Pedreira, de igual forma propõe a colocação de um espelho provisoriamente e, por fim, propõe que seja desenvolvido um Estudo de Circulação. Acrescentou que o Despacho do Vice-Presidente da Câmara foi tão somente o agendar a Informação



Oliveira do Bairro câmara municipal

para Reunião de Câmara e não o agendar a Informação para deliberação sobre os pontos 1 a 3.....
O **Vereador António Mota**, disse que a Informação deveria ser explícita relativamente à deliberação que o Executivo Municipal tem de tomar, uma vez que, mesmo a sinalização provisória tem de ser presente à Assembleia Municipal para aprovação.

O **Presidente da Câmara**, esclareceu que a votação iria somente debruçar-se sobre os pontos 1 a 3 da Informação.....

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a colocação de sinalização rodoviária nos termos dos pontos 1 a 3 da Informação 19.2018|DGUOM, datada de 16 de janeiro de 2018, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais.

PONTO 10 – INFORMAÇÃO N.º 113.2018|DGUOM – ALTERAÇÃO DE SENTIDOS DE TRÂNSITO NA RUA 30 DE JUNHO E NA TRAVESSA DA LAVOURA, FREGUESIA DE OIÃ

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Vice-Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto, o Presidente da Câmara e os Vereadores Fernando Silva e António Mota.

O **Vice-Presidente da Câmara**, informou que este processo já vem desde 2015 e após conversa havida com a Junta de Freguesia entendeu-se avançar com a colocação desta sinalização.

O **Vereador António Mota**, disse que esta é uma decisão política e não técnica, uma vez que qualquer técnico conhecedor do local não pode subscrever esta proposta de alteração de trânsito. Considerou a implementação desta sinalética inviável dados os estacionamento existentes.

O **Vereador Fernando Silva**, referiu não entender como é que entrando na Rua 30 de junho, passados 50 metros haja um sentido proibido. Esta situação, dados os constrangimentos do arruamento, significa que, se veículos pesados entrarem naquele arruamento não consigam, de maneira alguma, fazer inversão de marcha.

De igual forma, quem pretender ir até à Junta de Freguesia, poderia fazê-lo rapidamente, agora, com a sinalização proposta, terá de passar pela Clínica, onde o trânsito já é, neste momento, caótico.

O **Presidente da Câmara** informou ter tido o cuidado de receber diversos interessados, no que respeita à colocação de sentido único na Rua 30 de junho. Disse que a preocupação é ter as vias o mais transitável possível e este arruamento possui diversos constrangimentos de estacionamento. .. Acrescentou que esta Proposta vem no seguimento de uma Proposta Técnica, nada tem de político, foi solicitado ao Técnico que fizesse o melhor Estudo possível para o local em questão. Mais disse que o que poderá estar em falta, é um sinal a proibir o trânsito a veículos pesados.....

O **Vereador António Mota**, recordou haver um Estudo levado a efeito para resolução do cruzamento junto aos terrenos do Dr. Martinho, fazendo todo o sentido que, quem entra em Oiã vá por esse caminho à direita, uma vez que também se trata de uma zona residencial, não fazendo sentido enviar todo o trânsito para o centro da Vila, incluindo o trânsito pesado.



Oliveira do Bairro câmara municipal

Acrescentou que o sentido único faria sentido se fosse precisamente na situação inversa, de forma a retirar o tráfego da zona central. Com a solução agora proposta é que o trânsito irá ser caótico, não fazendo, por conseguinte, qualquer sentido.

O **Vereador Fernando Silva**, disse concordar que o arruamento tenha um só sentido, mas desde que fosse o inverso do que aqui está a ser sugerido.....

O **Presidente da Câmara**, referiu que a informação prestada pelo Técnico foi de que se pretendia que a circulação fosse efetuada em círculo, não entrar trânsito pesado no centro de Oia, mas sim, que o mesmo venha do lado nascente.

Atendendo que poderá faltar alguma sinalética, nomeadamente junto à rotunda, informou que iria retirar o presente ponto da Ordem de Trabalhos, para que a mesma seja acrescentada e assim a Proposta seja mais esclarecedora do que se pretende para o local.

DELIBERAÇÃO: O presente assunto da Ordem de Trabalhos foi retirado.

PONTO 11 – INFORMAÇÃO TÉCNICA N.º 86.2018|DGUOM – VISTORIA À OBRA “NOVA ALAMEDA DA CIDADE” REALIZADA EM 03.04.2018 E 04.04.2018, PARA EFEITOS DE LIBERAÇÃO DE CAUÇÃO (3.º E 4.º ANOS)

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto e os Vereadores Fernando Silva e António Mota.....

O **Presidente da Câmara**, recordou que a libertação da caução pode ser efetuada de uma forma faseada, assim sendo e antes de proceder à libertação de uma nova tranche, entendeu-se levar a efeito uma vistoria, uma vez que se está a aproximar a data de receção definitiva daquela obra. Assim, procedeu-se a um levantamento exaustivo de todos os problemas existentes, os quais fazem parte da Informação Técnica, daí que se proponha que não seja libertada a caução, de forma a garantir que os mesmos sejam supridos.....

O **Vereador Fernando Silva**, disse ter ficado espantado, não com este Executivo, mas com o anterior, dado que muitos dos problemas mencionados na Informação já existiam no ano passado e há dois anos e, no entanto, procedeu-se à libertação de parte da caução, quando há tantas questões ainda em aberto e provavelmente a caução ainda restante não chega para solucionar essas mesmas deficiências, daí que concorde com o proposto.....

Mais disse que se poderia ir ainda mais longe e fazer uma auditoria à empreitada, uma vez que, do seu ponto de vista, pagou-se muita coisa que não foi executada.

O **Vereador António Mota**, questionou se era necessário este assunto vir a Reunião de Câmara, uma vez que primeiro deveriam ser executadas as obras e posteriormente é que deveria ser presente para ser autorizada a libertação da caução.

O **Presidente da Câmara**, informou que todos os procedimentos decorrentes desta empreitada



Oliveira do Bairro câmara municipal

estiveram presentes em Reunião de Câmara, manteve-se o mesmo procedimento.....

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte:.....

1.º - Não autorizar a liberação da caução, com o fundamento constante da Informação Técnica n.º 86.2018|DGUOM, datada de 6 de abril de 2018 e que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais;.....

2.º - Notificar o empreiteiro da decisão mencionada no ponto anterior, bem como do conteúdo da Informação Técnica n.º 86.2018|DGUOM, datada de 6 de abril de 2018, para que proceda à correção das anomalias expostas na mesma.

PONTO 12 – INFORMAÇÃO N.º 122|2018 PRESTADA PELA UNIDADE PARA O CONHECIMENTO E COESÃO SOCIAL – PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS NO ÂMBITO DE AÇÃO SOCIAL ESCOLAR-ANO LETIVO DE 2017/2018

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos a Vereadora Lília Águas a fim de apresentar o assunto.

A **Vereadora Lília Águas**, referiu que o presente assunto se prende com reavaliações de candidaturas no âmbito do apoio à Ação Social Escolar, decorrente, entre outras, da alteração socioeconómica das famílias dos alunos e por conseguinte sofrem o respetivo reposicionamento.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a “Atribuição de Subsídios no Âmbito de Ação Social Escolar – Ano Letivo 2017/2018” nos exatos termos propostos pela Unidade para o Conhecimento e Coesão Social, através da Informação n.º 122|2018, datada de 18 de abril de 2018, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais.

PONTO 13 – INFORMAÇÃO|PROPOSTA N.º 21/2018 DA DIVISÃO DE HISTÓRIA E PATRIMÓNIO CULTURAL DESPORTO E LAZER – CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO BAIRRO E O CAO-CLUBE DE ATLETISMO DE OLIVEIRA DO BAIRRO - CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES.....

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos a Vereadora Susana Martins a fim de apresentar o assunto, o Presidente da Câmara e os Vereadores Fernando Silva e António Mota.

A **Vereadora Susana Martins**, informou que se trata de regularizar a cedência de instalações ao Clube de Atletismo de Oliveira do Bairro, por intermédio da celebração do competente Contrato-Programa.....

O **Vereador Fernando Silva**, questionou sobre o período de duração do Contrato-Programa e se a cedência se refere somente à utilização da pista de atletismo, ou se engloba igualmente os balneários e outros equipamentos de apoio.

Mais disse que falta uma cláusula referente a eventual conflito de utilização daqueles equipamentos,



Oliveira do Bairro câmara municipal

quando haja mais do que um evento previsto para a mesma data e qual a preferência. Tendo igualmente questionado se a cedência é em regime de exclusividade ou se poderá ser celebrado semelhante Contrato-Programa com outra Associação.

O **Vereador António Mota**, disse que a pista não se encontra em condições de ser utilizada, tendo havido muito atletas que sofreram lesões graves na mesma e que obrigaram, muitos deles, a deslocarem-se para outros Concelhos, daí que entenda que a Pista não deva ser utilizada enquanto não forem solucionados os problemas existentes, ou seja, somente após a pista se encontrar nas devidas condições é que deveria ser celebrado o Contrato-Programa.

Referiu que efetivamente os balneários são utilizados pelos atletas da Marcha, o clube de Atletismo e o Oliveira do Bairro Sport Clube, desconhecendo como é que irão dividir as despesas de água e luz, o mais certo, na sua opinião, é que ninguém pague nada.

A **Vereadora Susana Martins**, disse concordar com o que foi mencionado, lembrando que as Associações referidas já se encontravam a treinar no local antes deste Executivo Municipal tomar posse, pelo que, de momento, apenas se pretende regularizar a utilização daquelas instalações, mesmo sabendo do estado em que as mesmas se encontram.

O **Vereador António Mota**, disse que sendo do conhecimento de todos, o estado em que as instalações se encontram, não pode constar do Contrato-Programa que se houver necessidade de obras, as mesmas são da responsabilidade da Associação, uma vez que a mesma não tem capacidade económica para o fazer, daí que tenha sugerido que primeiro se realizassem obras de beneficiação na pista e depois celebrassem o Contrato-Programa.

O **Presidente da Câmara**, disse que apesar dos considerandos dos Vereadores, somente se pretende regular a utilização que já vinha a ser feita há algum tempo. Naturalmente que sendo a Câmara Municipal a fazer a manutenção daquela infraestrutura, as questões levantadas pelo Vereador António Mota ficarão salvaguardadas e, sendo a cedência apenas por época, certamente que haverá possibilidade de ser realizado algum tipo de beneficiação.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, aprovar a Minuta de Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais, a celebrar entre o Município de Oliveira do Bairro e o CAOB-Clube de Atletismo de Oliveira do Bairro, referente à utilização da Pista de Atletismo integrada no Estádio Municipal de Oliveira do Bairro.

PONTO 14 – INFORMAÇÃO|PROPOSTA N.º 22/2018 DA DIVISÃO DE HISTÓRIA E PATRIMÓNIO CULTURAL DESPORTO E LAZER – CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO BAIRRO, O AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE OLIVEIRA DO BAIRRO E O FREI GIL VOLEIBOL CLUBE - CEDÊNCIA DE



Oliveira do Bairro câmara municipal

INSTALAÇÕES

Por se declarar impedido, o Vice-Presidente da Câmara, nos termos e ao abrigo do n.º 4 do art.º 24.º do Código do Procedimento Administrativo, não participou na votação e discussão do presente assunto, declaração de impedimento que foi aceite pelo Presidente da Câmara.....

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos a Vereadora Susana Martins a fim de apresentar o assunto, o Presidente da Câmara e os Vereadores Lília Águas, Fernando Silva e António Mota.

A **Vereadora Susana Martins**, referiu que se trata de uma situação idêntica, sendo que a cedência se refere ao Pavilhão da Escola Dr. Acácio de Azevedo e sempre que possível, do Pavilhão Municipal e o Polo de Vila Verde.....

O **Vereador Fernando Silva**, disse que o presente Contrato-Programa era muito confuso, uma vez que se englobava diferentes entidades e com objetivos diferentes, desconhecendo porque razão tem de participar na assinatura do Contrato o Agrupamento de Escolas. Na sua opinião o Pavilhão Municipal merecia a celebração de um Contrato por si só e se tem de haver a participação do Agrupamento de Escolas nas restantes cedências, deveria fazer-se um outro distinto para essas mesmas cedências.....

O **Vereador António Mota**, disse não concordar que uma das alíneas do contrato mencione que a Associação é obrigada a reparar quaisquer danos que ocorram durante o período de cedência.

Questionou como é que iria ser feita a contagem ao nível da água e da eletricidade, uma vez que não existe nenhum contador distinto, o que significa que é descabida a inclusão da referência ao pagamento daquelas despesas no contrato, uma vez que não conseguem ser mensuráveis.

A **Vereadora Susana Martins**, informou que o Agrupamento tem de autorizar a cedência das instalações das Escolas.

A **Vereadora Lília Águas**, informou que no âmbito do Contrato Interadministrativo de Delegação e Competências na área da Educação houve equipamentos que passaram para a propriedade do Município, sendo, no entanto, utilizados pelo Agrupamento de Escolas, o que decorre daquele contrato. Significa, então, que qualquer tipo de cedência, apesar de a Câmara Municipal não necessitar de autorização do Agrupamento mas sim de dar somente conhecimento, entende-se que os mesmos devem declarar que nada têm a opor à cedência, daí que subscrevam igualmente o Contrato-Programa.....

O **Presidente da Câmara**, recordou que quando se falou sobre o Regulamento de Apoio às Associações, nomeadamente no que respeita ao facto de haver Associações com instalações próprias e outras não, disse ser intenção deste Executivo Municipal balizar para que todas as Associações fossem tratadas de igual forma. Para tal suceder não é necessário ter um contador de água ou de luz específico para medir a utilização dos equipamentos desportivos.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, aprovar a Minuta de Contrato



Oliveira do Bairro câmara municipal

Programa de Desenvolvimento Desportivo, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais, a celebrar entre o Município de Oliveira do Bairro, o Frei Gil Voleibol Clube e o Agrupamento de Escolas de Oliveira do Bairro, referente à utilização do Pavilhão Desportivo da Escola Dr. Acácio de Azevedo, Pavilhão Desportivo do Polo Escolar de Vila Verde e do Pavilhão Municipal.

PONTO 15 – INFORMAÇÃO|PROPOSTA N.º 66/2018 DA DIVISÃO DE HISTÓRIA E PATRIMÓNIO CULTURAL DESPORTO E LAZER – PEDIDO DE CEDÊNCIA DO QUARTEL DAS ARTES DR. ALÍPIO SOL NO DIA 11 DE MAIO DE 2018, PELA PROMOB-ASSOCIAÇÃO DE MOBILIZAÇÃO E PROMOÇÃO DA COMUNIDADE, PARA EFEITOS DA REALIZAÇÃO DA ATIVIDADE “QUE AS PEDRAS CHORAM ... POEMAS PARA INÊS DE CASTRO”.....

Intervio neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a cedência do Quartel das Artes Dr. Alípio Sol à PROMOB-Associação de Mobilização e Promoção da Comunidade, no dia 11 de maio, para efeitos de realização da Peça de Teatro “Que as Pedras Choram ... Poemas para Inês de Castro”, nos termos da Informação/Proposta n.º 66/2018 da Divisão de História e Património Cultural Desporto e Lazer, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais.

PONTO 16 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 67/2018 DA DIVISÃO DE HISTÓRIA E PATRIMÓNIO CULTURAL DESPORTO E LAZER – PEDIDO DE CEDÊNCIA DO QUARTEL DAS ARTES DR. ALÍPIO SOL NO DIA 9 DE JUNHO DE 2018, PELO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E CIDADANIA, PARA EFEITOS DA REALIZAÇÃO DA ATIVIDADE “ENTREGA DOS CERTIFICADOS DOS CURSOS AVANÇADOS DO IEC”.....

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a cedência do Quartel das Artes Dr. Alípio Sol ao Instituto de Educação e Cidadania, no dia 9 de junho, para efeitos de realização da Cerimónia de Entrega dos Certificados dos Cursos Avançados do IEC, nos termos da Informação/Proposta n.º 67/2018 da Divisão de História e Património Cultural Desporto e Lazer, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais.....

PONTO 17 – INFORMAÇÃO PRESTADA PELO BALCAO INTEGRADO – REQUERIMENTO APRESENTADO PELO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE OLIVEIRA DO BAIRRO - LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO – REDUÇÃO DO VALOR DA TAXA A PAGAR - RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA

Intervio neste ponto da Ordem de Trabalhos o Vice-Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto.



Oliveira do Bairro câmara municipal

O **Vice-Presidente da Câmara**, informou que este e o ponto seguinte se prendem com a Festa de Finalistas dos Alunos da Escola Secundária de Oliveira do Bairro realizado no último sábado, propondo-se uma redução de 50% do valor das taxas.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o Despacho do Presidente da Câmara Municipal datado de 18 de abril de 2018, em que autorizou a redução em 50% do valor da Taxa a liquidar pelo Agrupamento de Escolas de Oliveira do Bairro, referente à emissão da Licença Especial de Ruído, destinada à “Festa de Finalistas” a realizar no dia 21 de abril de 2018 no Espaço Inovação.

PONTO 18 – INFORMAÇÃO PRESTADA PELO BALCAO INTEGRADO – REQUERIMENTO APRESENTADO PELO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE OLIVEIRA DO BAIRRO - LICENÇA DE RECINTOS IMPROVISADOS – REDUÇÃO DO VALOR DA TAXA A PAGAR - RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o Despacho do Presidente da Câmara Municipal datado de 18 de abril de 2018, em que autorizou a redução em 50% do valor da Taxa a liquidar pelo Agrupamento de Escolas de Oliveira do Bairro, referente à emissão da Licença de Recintos Improvisados, destinada à “Festa de Finalistas” a realizar no dia 21 de abril de 2018 no Espaço Inovação.

PONTO 19 – PEDIDO DE CEDÊNCIA DO AUDITÓRIO DA FREGUESIA DE OIÃ, NO DIA 30 DE MAIO, PARA APRESENTAÇÃO DO TRABALHO DESENVOLVIDO NAS AULAS DAS ATIVIDADES EXTRA-CURRICULARES, SOLICITADO PELA ESCOLA BÁSICA INTEGRADA DR. FERNANDO PEIXINHO

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a cedência do Auditório da Freguesia de Oiã, no dia 30 de maio de 2018 à Escola Básica Integrada Dr. Fernando Peixinho, para efeitos de apresentação do trabalho desenvolvido nas aulas das Atividades Extracurriculares. ..

PONTO 20 – PROPOSTA APRESENTADA PELA VEREADORA DO PELOURO – ADENDA AO PROTOCOLO DE CEDÊNCIA DA COZINHA DO POLO ESCOLAR DO TROVISCAL AO CENTRO AMBIENTE PARA TODOS – RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA DATADO DE 13 DE ABRIL DE 2018

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos a Vereadora Lília Águas a fim de apresentar o assunto, o Presidente da Câmara e o Vereador Fernando Silva.

A **Vereadora Lília Águas**, disse tratar-se de uma adenda ao Protocolo de Cedência das instalações da cozinha do Polo Escolar do Troviscal ao Centro Ambiente para Todos, tendo em atenção o atraso



Oliveira do Bairro câmara municipal

no início das obras.

O **Vereador Fernando Silva**, lembrou que aquando da discussão do Protocolo inicial em Reunião de Câmara alertou para o facto de o tempo ser curto apesar de se ter dado mais dois meses do que o solicitado pela Associação, pelo que, agora, seria preferível prolongar o tempo de cedência, do que vir novamente a Reunião de Câmara uma nova adenda.

A **Vereadora Lília Águas**, referiu que aquando da aprovação do Protocolo inicial a obra ainda não tinha começado, o que não sucede presentemente, pelo que se pressupõe que a obra termine dentro do prazo de cedência solicitado.

O **Presidente da Câmara**, informou que um Técnico Municipal encontra-se a acompanhar a obra e na altura eram essas as previsões do Técnico, contudo não correu como o planeamento e atrasou-se o início das obras.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o Despacho do Presidente da Câmara Municipal datado de 13 de abril de 2018, em que aprovou a Adenda ao Protocolo de Colaboração, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais, a celebrar entre o Município de Oliveira do Bairro, a Associação Centro Ambiente para Todos e o Agrupamento de Escolas de Oliveira do Bairro, com vista à cedência da cozinha do Polo Escolar do Troviscal, pelo prazo máximo de 3 (três) meses, a contar de 19 de abril de 2018, para confeção das refeições dos utentes daquela Associação.

PONTO 21 – INFORMAÇÃO N.º 2/2018, PRESTADA PELA VEREADORA DO PELOURO - CEDÊNCIA DO CAMPO DE FUTEBOL SINTÉTICO DA ESCOLA DR. ACÁCIO DE AZEVEDO À JUNTA DE FREGUESIA DE OLIVEIRA DO BAIRRO – RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA DATADO DE 13 DE ABRIL DE 2018

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos a Vereadora Susana Martins a fim de apresentar o assunto, o Presidente da Câmara e os Vereadores Lília Águas, Fernando Silva e António Mota.

A **Vereadora Susana Martins**, informou que a Freguesia de Oliveira do Bairro irá participar num Torneio de futebol para séniores, com a particularidade que não se pode correr, sendo a cedência relativa ao campo de futebol sintético da Escola Dr. Acácio de Azevedo. O referido torneio, posteriormente, terá lugar no Estádio da Luz.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o Despacho do Presidente da Câmara Municipal datado de 13 de abril de 2018, em que aprovou o Contrato de Cedência de Utilização, que aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, a celebrar entre o Município de Oliveira do Bairro, a Freguesia de Oliveira do Bairro e o Agrupamento de Escolas de Oliveira do Bairro, com vista à utilização do Campo Sintético e Balneários da Escola Básica Dr. Acácio de Azevedo, de abril a junho de 2018.



Oliveira do Bairro câmara municipal

.....
PONTO 22 – DESPACHO N.º 63 – MANDATO 2017/2021, APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA – ALTERAÇÃO DA DATA DE REALIZAÇÃO DAS REUNIÕES ORDINÁRIAS DO MÊS DE MAIO – PARA CONHECIMENTO.....

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento do Despacho n.º 63 – Mandato 2017/2021 do Presidente da Câmara, datado de 18 de abril de 2018, referente à alteração da data de realização das reuniões ordinárias do mês de maio, que aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais.....
.....

.....
RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA: Foi presente o **Resumo Diário da Tesouraria** referente ao dia **24** de **abril** do ano **de 2018**, do qual constam os seguintes dados e valores:

DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS: **722.045 Euros e 48 Cêntimos**

DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS: **775.064 Euros e 86 cêntimos**

TOTAL DAS DISPONIBILIDADES: **1.497.110 Euros e 34 Cêntimos**
.....

.....
PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO: Apesar de haver público presente não se registaram quaisquer pedidos de intervenção.
.....

.....
Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião, eram dezanove e trinta minutos horas, tendo as deliberações sido aprovadas em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e da qual se lavrou a presente Ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Presidente da Câmara Municipal, por mim, José Miguel Cardoso Duarte, Coordenador Técnico, que a redigi e pelos demais presentes que o desejem fazer.....

Duarte dos Santos Almeida Novo

José Miguel Cardoso Duarte



Oliveira do Bairro câmara municipal

Jorge Ferreira Pato

Lília Ana da Cruz Oliveira Martins Águas

Susana Maria da Silva Martins

António Augusto Marques Mota

Álvaro Miguel Ferreira Ferreira

Fernando José Martins da Silva